

## LEIS COMPLEMENTARES

### LEI COMPLEMENTAR Nº 935, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2002

*Institui Bônus Merecimento aos servidores do Quadro da Secretaria da Educação - QSE e do Quadro de Apoio Escolar - QAE, e dá providências correlatas*

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei complementar:

Artigo 1º - Fica instituído Bônus Merecimento aos servidores integrantes do Quadro da Secretaria da Educação - QSE e do Quadro de Apoio Escolar - QAE, em exercício na Secretaria da Educação.

Artigo 2º - O Bônus Merecimento constitui vantagem pecuniária a ser concedida uma única vez, no corrente ano, aos servidores referidos no artigo anterior que se encontrem em exercício em unidade da Secretaria da Educação há, pelo menos, 90 (noventa) dias consecutivos imediatamente anteriores à data-base de 1º de dezembro de 2002.

Artigo 3º - O valor do Bônus Merecimento será de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para o servidor em:

I - Jornada Completa de Trabalho, a que se refere o artigo 70 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978;

II - Jornada Básica de Trabalho, prevista no inciso I do artigo 7º da Lei Complementar nº 674, de 8 de abril de 1992, com a redação dada pelo inciso II do artigo 4º da Lei Complementar nº 840, de 31 de dezembro de 1997, alterada pela Lei Complementar nº 848, de 19 de novembro de 1998.

Parágrafo único - O servidor em Jornada Comum de Trabalho, de 30 (trinta) horas semanais, a que se refere o artigo 70 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978, perceberá o Bônus Merecimento em valor proporcional à sua jornada de trabalho.

Artigo 4º - Será concedido, nos termos e condições estabelecidos nesta lei complementar, Bônus Merecimento aos servidores do Quadro da Secretaria da Educação - QSE e do Quadro de Apoio Escolar - QAE afastados junto ao Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município, bem como junto a entidade de classe representativa de seus respectivos Quadros.

Artigo 5º - É vedada a concessão do Bônus Merecimento ao servidor que, na data-base estabelecida no artigo 2º desta lei complementar, estiver afastado junto a unidade administrativa não pertencente à estrutura básica da Secretaria da Educação.

Artigo 6º - Fica vedada a percepção cumulativa do Bônus Merecimento com o Bônus Mérito ou com o Bônus Gestão, exceto nas acumulações permitidas em lei.

Artigo 7º - A importância paga a título de Bônus Merecimento não se incorporará aos vencimentos ou salários para nenhum efeito, e não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária, não incidindo sobre ela os descontos previdenciários e de assistência médica.

Artigo 8º - As despesas resultantes da aplicação desta lei complementar correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir, para o corrente exercício, créditos suplementares, se

<div> <div><div><span></span></div></div> <div>SUMÁRIO</div> </div>	
<b>Esta edição, de 88 páginas, contém os atos normativos e de interesse geral.</b>	
<b>SECRETARIAS DE ESTADO</b>	
<b>Casa Civil</b> . . . . .	<b>—</b>
<b>Governo e Gestão Estratégica</b> . . . . .	<b>4</b>
<b>Economia e Planejamento</b> . . . . .	<b>—</b>
<b>Justiça e Defesa da Cidadania</b> . . . . .	<b>4</b>
<b>Assistência e Desenvolvimento Social</b> . .	<b>5</b>
<b>Emprego e Relações do Trabalho</b> . . . . .	<b>5</b>
<b>Segurança Pública</b> . . . . .	<b>6</b>
<b>Administração Penitenciária</b> . . . . .	<b>14</b>
<b>Fazenda</b> . . . . .	<b>17</b>
<b>Agricultura e Abastecimento</b> . . . . .	<b>22</b>
<b>Educação</b> . . . . .	<b>22</b>
<b>Saúde</b> . . . . .	<b>30</b>
<b>Energia</b> . . . . .	<b>35</b>
<b>Transportes</b> . . . . .	<b>35</b>
<b>Cultura</b> . . . . .	<b>36</b>
<b>Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento</b>	
<b>Econômico e Turismo</b> . . . . .	<b>37</b>
<b>Juventude, Esporte e Lazer</b> . . . . .	<b>37</b>
<b>Habitação</b> . . . . .	<b>37</b>
<b>Meio Ambiente</b> . . . . .	<b>37</b>
<b>Procuradoria Geral do Estado</b> . . . . .	<b>38</b>
<b>Transportes Metropolitanos</b> . . . . .	<b>40</b>
<b>Recursos Hídricos, Saneamento Obras</b> .	<b>40</b>
<b>Universidade de São Paulo</b> . . . . .	<b>41</b>
<b>Universidade Estadual de Campinas</b> . . .	<b>41</b>
<b>Universidade Estadual Paulista</b> . . . . .	<b>41</b>
<b>Ministério Público</b> . . . . .	<b>42</b>
<b>Editais</b> . . . . .	<b>47</b>
<b>Mídia Eletrônica</b> . . . . .	<b>55</b>
<b>Concursos</b> . . . . .	<b>66</b>
<b>BEC – Bolsa Eletrônica de Compras</b> . . . .	<b>73</b>
<b>Diários dos Municípios</b> . . . . .	<b>74</b>
<b>Partidos Políticos</b> . . . . .	<b>—</b>
<b>Ministérios e Órgãos Federais</b> . . . . .	<b>—</b>
<b>Leis Federais</b> . . . . .	<b>—</b>

necessário, mediante a utilização de recursos nos termos do artigo 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Artigo 9º - O Poder Executivo regulamentará esta lei complementar no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Artigo 10 - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 6 de dezembro de 2002
GERALDO ALCKMIN
*Fernando Dall’Acqua*
Secretário da Fazenda
*Gabriel Benedito Issaac Chalita*
Secretário da Educação
*Rubens Lara*
Secretário-Chefe da Casa Civil
*Dalmo Nogueira Filho*
Secretário do Governo e Gestão Estratégica
Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 6 de dezembro de 2002.

## LEIS

### LEI Nº 11.276, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2002

**(Projeto de lei nº 492/2001, da deputada Mariângela Duarte - PT)**

*Dispõe sobre a instituição do Pólo Tecnológico Portuário e Industrial da Região Metropolitana da Baixada Santista, integrada pelos municípios que especifica*

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica criado o Pólo Tecnológico Portuário e Industrial da Região Metropolitana da Baixada Santista, integrada pelos Municípios de Bertioça, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos, São Vicente e outros que venham a ser criados em decorrência de desmembramento ou fusão dos Municípios integrantes da Região.

Artigo 2º - São objetivos do Pólo:

I - promover a articulação e o intercâmbio das ações do Poder Público e da iniciativa privada, nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, aplicadas às atividades portuárias e industriais da região;

II - incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica das atividades direta ou indiretamente ligadas às atividades portuárias, visando, sobretudo, ao incremento do sistema produtivo portuário;

III - incentivar, através de incubadoras de empresas, a criação de indústrias não poluentes que agreguem valor tecnológico aos produtos manufaturados para exportação;

IV - gerar empregos e promover o desenvolvimento de mão-de-obra para as atividades portuárias e industriais, através de programas de capacitação permanente para trabalhadores da região;

V - compatibilizar o desenvolvimento do porto e das indústrias regionais com o aproveitamento racional e não predatório dos recursos naturais e com a preservação e a recuperação do meio ambiente.

Artigo 3º- Vetado.

Artigo 4º - Deverá ser criada, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta lei, com a finalidade de zelar pela efetivação das presentes medidas, a Comissão de Desenvolvimento do Pólo Tecnológico da Região Metropolitana da Baixada Santista, composta por 18 (dezoito) membros, sendo:

I - 9 (nove) representantes dos Municípios que integram o Pólo, cada um indicado pelo respectivo Prefeito;

II - 2 (dois) representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores do Porto e das Indústrias, eleitos em Assembléia convocada pelas próprias entidades para este fim;

III - 2 (dois) representantes dos Sindicatos das Empresas do Porto e das Indústrias, eleitos em Assembléia convocada pelas próprias entidades para este fim;

IV - 1 (um) representante do Poder Executivo do Estado, indicado pelo Governador;

V - 1 (um) representante da Assembléia Legislativa do Estado, indicado por sua Mesa Diretora;

VI - 3 (três) representantes da comunidade científica, cada um indicado por uma Universidade Pública Estadual.

§ 1º - Os membros indicados reunir-se-ão para eleger o presidente da Comissão e elaborar o regimento do Pólo e da Comissão, devendo deliberar, sempre, com a presença da maioria absoluta.

§ 2º - Os membros da Comissão terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

§ 3º - Os membros da Comissão não receberão remuneração, a qualquer título, por essa atividade.

Artigo 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Artigo 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 6 de dezembro de 2002
GERALDO ALCKMIN
*Ruy Martins Altenfelder Silva*
Secretário da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo
*Rubens Lara*
Secretário-Chefe da Casa Civil
*Dalmo Nogueira Filho*
Secretário do Governo e Gestão Estratégica
Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 6 de dezembro de 2002.

## DECRETOS

### DECRETO Nº 47.418, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2002

*Declara de utilidade pública a entidade que especifica*

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e à vista da manifestação do Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania,

**Decreta:**

Artigo 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária e Beneficente “Pe. José Augusto Machado Moreira”, inscrita no CNPJ nº 65.887.382/0001-62, com sede na Capital.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 6 de dezembro de 2002
GERALDO ALCKMIN
*Alexandre de Moraes*
Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania
*Rubens Lara*
Secretário-Chefe da Casa Civil
*Dalmo Nogueira Filho*
Secretário do Governo e Gestão Estratégica
Publicado na Secretaria de Estado do Governo e Gestão Estratégica, aos 6 de dezembro de 2002.

### DECRETO Nº 47.419, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2002

*Declara de utilidade pública a entidade que especifica*

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e à vista da manifestação do Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania,

**Decreta:**

Artigo 1º - Fica declarada de utilidade pública a Casa Abrigo Cristo É Esperança, inscrita no CNPJ nº 03.237.521/0001-55, com sede na Capital.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 6 de dezembro de 2002
GERALDO ALCKMIN
*Alexandre de Moraes*
Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania
*Rubens Lara*
Secretário-Chefe da Casa Civil
*Dalmo Nogueira Filho*
Secretário do Governo e Gestão Estratégica
Publicado na Secretaria de Estado do Governo e Gestão Estratégica, aos 6 de dezembro de 2002.

### DECRETO Nº 47.420, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2002

*Declara de utilidade pública a entidade que especifica*

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e à vista da manifestação do Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania,

**Decreta:**

Artigo 1º - Fica declarada de utilidade pública a Fundação Itaú Social, inscrita no CNPJ nº 59.573.030/0001-30, com sede na Capital.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 6 de dezembro de 2002
GERALDO ALCKMIN
*Alexandre de Moraes*
Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania
*Rubens Lara*
Secretário-Chefe da Casa Civil
*Dalmo Nogueira Filho*
Secretário do Governo e Gestão Estratégica
Publicado na Secretaria de Estado do Governo e Gestão Estratégica, aos 6 de dezembro de 2002.

### DECRETO Nº 47.421, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2002

*Declara de utilidade pública a entidade que especifica*

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e à vista da manifestação do Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania,

**Decreta:**

Artigo 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Integrada de Paraguaçu Paulista - ACIPP, inscrita no CNPJ nº 47.609.482/0001-45, com sede no Município de Paraguaçu Paulista.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 6 de dezembro de 2002
GERALDO ALCKMIN
*Alexandre de Moraes*
Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania
*Rubens Lara*
Secretário-Chefe da Casa Civil
*Dalmo Nogueira Filho*
Secretário do Governo e Gestão Estratégica
Publicado na Secretaria de Estado do Governo e Gestão Estratégica, aos 6 de dezembro de 2002.

### DECRETO Nº 47.422, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2002

*Declara de utilidade pública a entidade que especifica*

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e à vista da manifestação do Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania,

**Decreta:**

Artigo 1º - Fica declarado de utilidade pública o Núcleo Assistencial Espírita “André Luiz” - Nucleal, inscrito no CNPJ nº 01.239.962/0001-60, com sede no Município de Morro Agudo.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 6 de dezembro de 2002
GERALDO ALCKMIN
*Alexandre de Moraes*
Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania
*Rubens Lara*
Secretário-Chefe da Casa Civil
*Dalmo Nogueira Filho*
Secretário do Governo e Gestão Estratégica
Publicado na Secretaria de Estado do Governo e Gestão Estratégica, aos 6 de dezembro de 2002.

### DECRETO Nº 47.423, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2002

*Destina à Secretaria da Segurança Pública a administração do imóvel que especifica*

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e à vista da manifestação do Conselho do Patrimônio Imobiliário,

**Decreta:**

Artigo 1º - Fica destinada à Secretaria da Segurança Pública a administração do imóvel anteriormente ocupado pelo Fórum da Comarca de Piracaia, localizado à Praça da Bandeira, nº 168, Município de Piracaia, visando abrigar a Delegacia de Polícia local.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 6 de dezembro de 2002
GERALDO ALCKMIN
*Saulo de Castro Abreu Filho*
Secretário da Segurança Pública
*Rubens Lara*
Secretário-Chefe da Casa Civil
*Dalmo Nogueira Filho*
Secretário do Governo e Gestão Estratégica
Publicado na Secretaria de Estado do Governo e Gestão Estratégica, aos 6 de dezembro de 2002.

### DECRETO Nº 47.424, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2002

*Autoriza a Fazenda do Estado a receber, mediante cessão de uso, da Companhia Energética de São Paulo - CESP, os imóveis que especifica*

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e à vista da manifestação do Conselho do Patrimônio Imobiliário,

**Decreta:**

Artigo 1º - Fica a Fazenda do Estado autorizada a receber, mediante cessão de uso, com promessa de doação, 3 (três) imóveis com benfeitorias, situados no Distrito de Primavera, Município de Rosana, de propriedade da Companhia Energética de São Paulo - CESP, pelo prazo de 5 (cinco) anos, destinados à Secretaria da Educação, com as medidas e confrontações caracterizadas nos elementos técnicos anexos ao processo PR-10 nº 10.554/2001-PGE a saber:

I - EE Porto Primavera, localizada à Avenida dos Barrageiros, nº 195, ocupando integralmente a quadra 144, delimitada pelas ruas: Sabiá, Curitiba, Curió e Avenida dos Barrageiros, encerrado uma área de 16.827,42m² (dezesseis mil, oitocentos e vinte e sete metros quadrados e quarenta e dois decímetros quadrados);

II - EE Maria Audenir de Carvalho, localizada à Rua Florianópolis, nº 207, ocupando integralmente a quadra 80, delimitada pelas ruas: Florianópolis, Paraná, Garça e São Paulo, encerrando uma área de 22.635,98m² (vinte e dois mil, seiscentos e trinta e cinco metros quadrados e noventa e oito decímetros quadrados);

III - EE Centro Norte, localizada à Rua Londrina, s/nº, ocupando integralmente a quadra 14, delimitada pelas ruas: Londrina, Curimbatá, Lajes e Dourado, encerrando uma área de 14.936,47m² (quatorze mil, novecentos e trinta e seis metros quadrados e quarenta e sete decímetros quadrados).

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 36.739, de 11 de maio de 1993.

Palácio dos Bandeirantes, 6 de dezembro de 2002
GERALDO ALCKMIN
*Rubens Lara*
Secretário-Chefe da Casa Civil
*Dalmo Nogueira Filho*
Secretário do Governo e Gestão Estratégica
Publicado na Secretaria de Estado do Governo e Gestão Estratégica, aos 6 de dezembro de 2002.

### DECRETO Nº 47.425, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2002

*Prorroga o prazo estabelecido pelo artigo 17 do Decreto nº 39.942, de 2 de fevereiro de 1995, e dá providências correlatas*

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

**Decreta:**

Artigo 1º - Fica prorrogado, até 31 de dezembro de 2003, o prazo estabelecido pelo artigo 17 do Decreto nº 39.942, de 2 de fevereiro de 1995, alterado pelo Decreto nº 46.414, de 21 de dezembro de 2001, que veda as aquisições de veículos em complementação ou substituição e novas locações em caráter não eventual.

Artigo 2º - Por expressa autorização do Governador do Estado, em cada caso, poderão ser excluídas da proibição de que trata o artigo anterior, as aquisições de veículos em complementação ou substituição e as novas locações em caráter não eventual, de extrema necessidade devidamente justificada.